



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 16.726/2.020.
CHAMAMENTO PÚBLICO n. 16/2.020.

Assunto: Edital de Chamamento Público

Interessada: Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social

Veio ao exame desta Procuradoria Administrativa o expediente em epígrafe, a fim de que este subscritor se manifeste sobre a viabilidade jurídica de se celebrar **TERMO DE COLABORAÇÃO** com Organizações Sociais, devidamente inscritas no Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS, por meio de edital de chamamento público, objetivando à *execução indireta de serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e/ou 15 a 17 anos, que atenda o Território de referência do Centro de Referência e Assistência Social Joaquim Rodrigues da Costa - CRAS Três Marias.*

Anota-se, de saída, que nos termos do artigo 7º e seguintes da Lei Municipal nº 3.271/1999, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela elaboração do edital, é órgão autônomo, mas constitui dever do Poder Executivo prover pessoal e recursos materiais necessários ao seu funcionamento, o que serve a justificar a presente assessoria jurídica, atendendo à exigência do inciso VI do artigo 35 da Lei Nacional nº 13.019/2014.

Analisando a pretensão em exame, a meu ver, há cumprimento dos anseios da nova legislação aplicável à matéria - lei federal n. 13.019/2014 - a medida que encontra sintonia com seu primeiro artigo:

'Art. 1º—Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.'

No mais, com relação ao procedimento, os autos encontram-se devidamente autuados e instruídos com os seguintes documentos:



Procuradoria Geral do Município de Taubaté
Procuradoria Administrativa

<i>Análise de documentação</i>	<i>Fls.</i>
<i>1. Autorização de abertura (artigo 8º, lei 13.019/14).</i>	<i>02,</i>
<i>2. Dotação Orçamentária (art. 35, II, lei 13.019/14).</i>	<i>05,</i>
<i>3. Termo de referência (artigo 35, V, lei 13.019/14).</i>	<i>06/24, 75/88,</i>
<i>4. Edital de chamamento público (artigo 24, lei 13.019/14:)</i>	<i>40/70,</i>
<i>4.1 Programação orçamentária (artigo 24, §º1, I, lei 13.019/14):</i>	<i>87/88,</i>
<i>4.2 Objeto da parceria (artigo 24, §º1, III, lei 13.019/14):</i>	<i>40,</i>
<i>4.3 As datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas (artigo 24, §º1, IV, lei 13.019/14):</i>	<i>40,</i>
<i>4.4 As datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas; (artigo 24, §º1, V, lei 13.019/14):</i>	<i>40, 51/58,</i>
<i>4.5 Valor previsto para a realização do objeto (artigo 24, §º1, VI, lei 13.019/14):</i>	<i>58,</i>
<i>4.6 Condições para interposição de recurso administrativo (artigo 24, §º1, VIII, lei 13.019/14):</i>	<i>59/62,</i>
<i>4.7 Minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria (artigo 24, §º1, IX, lei 13.019/14):</i>	<i>100/113,</i>
<i>5. Comissão de seleção previamente designada (artigo 27, §º1, IX, lei 13.019/14):</i>	<i>118,</i>
<i>6. Modelo de Plano de Trabalho:(art. 22, lei 13.019/14)</i>	<i>89/93,</i>
<i>7. Minuta de Termo de colaboração (art. 42, lei 13.019/14):</i>	<i>100/113,</i>
<i>7.1 Descrição dos objeto pactuado (art. 42,I, lei 13.019/14):</i>	<i>101,</i>
<i>7.2 Obrigações das partes (art. 42,II, lei 13.019/14):</i>	<i>101/104,</i>
<i>7.3 Valor total e o cronograma de desembolso (art. 42,III, lei 13.019/14):</i>	<i>104,</i>
<i>7.4 Vigência e as hipóteses de prorrogação (art. 42,VI, lei 13.019/14):</i>	<i>107,</i>
<i>7.5 Obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos (art. 42,VII, lei 13.019/14):</i>	<i>108/111,</i>
<i>7.6 A forma de monitoramento e avaliação (art. 42,VIII, lei 13.019/14):</i>	<i>108,</i>
<i>7.7 A obrigatoriedade de restituição de recursos (art. 42, IX, lei 13.019/14):</i>	<i>105,</i>
<i>7.8 Prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade (art. 42,XII, lei 13.019/14):</i>	<i>112,</i>
<i>7.9 A obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica (art. 42, XIII, lei 13.019/14):</i>	<i>105,</i>
<i>7.10 Previsão do livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos (art.</i>	<i>103,</i>



Procuradoria Geral do Município de Taubaté
Procuradoria Administrativa

120

42,XV, lei 13.019/14);	
7.11 A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 42,XV, lei 13.019/14);	112,
7.12 A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria (art. 42,XVI, lei 13.019/14);	113,
7.13 A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; (art. 42,XVI, lei 13.019/14	103,
7.14 A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais (art. 42,XX, lei 13.019/14)	103,

Além disto, é indispensável que a entidade que celebrar o termo de colaboração seja:

"privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva" (art. 2º, I, 'a'),

No mais, também é importante apontar que a "administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento."

Por fim, **ALERTA-SE** que o edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da administração pública na internet, com antecedência mínima de trinta dias, nos termos do artigo 26 da Lei 13.019/2014.

Assim sendo, não invadindo a discricionariedade do ato administrativo e desde que corrigidos os apontamentos supramencionados, OPINO pelo **REGULAR** processamento do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para celebração de



Procuradoria Geral do Município de Taubaté
Procuradoria Administrativa

TERMO DE COLABORAÇÃO entre o Município de Taubaté e Organizações Sociais sem fins lucrativos, cujo objetivo é a *execução indireta de serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e/ou 15 a 17 anos, que atenda o Território de referência do Centro de Referência e Assistência Social Joaquim Rodrigues da Costa - CRAS Três Marias.*

Consigne-se ainda que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o Parecer.

Ao Departamento de Compras

Taubaté - SP, 20 de março de 2020.

Jean José de Andrade
Procurador do Município - OAB/SP 269.886